



Provas OAB/FGV

Anotadas e comentadas
alternativa por alternativa

ORGANIZADORES:

Roberval Rocha

Leonardo de Medeiros Garcia

3ª edição

revista, ampliada e atualizada

2016

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Direito Administrativo

Victor Silva

1. AGENTES PÚBLICOS

01 (FGV - Exame de Ordem 2016.3) João foi aprovado em concurso público para o cargo de agente administrativo do Estado Alfa. Após regular investidura, recebeu sua primeira remuneração. Contudo, os valores apontados na folha de pagamento causaram estranheza, considerando que a rubrica de seu vencimento-base se mostrava inferior ao salário mínimo vigente, montante que só era alcançado se considerados os demais valores (adicionais e gratificações) que compunham a sua remuneração total. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) A remuneração de João é constitucional, porque a garantia do salário mínimo não é aplicável aos servidores públicos.
- b) A remuneração de João é inconstitucional, porque o seu vencimento-base teria que ser superior ao salário mínimo.
- c) A remuneração de João é constitucional, porque a garantia do salário mínimo se refere ao total da remuneração percebida.
- d) A remuneração de João é inconstitucional, pois todo servidor público deve receber por subsídio, fixado em parcela única.

⦿ Anotações / Comentários

- » Súmula Vinculante 16, STF. Arts. 7º, IV, e 39, §3º, CF88.
- » Gabarito: C

02 (FGV - Exame de Ordem 2016.3) O Município Beta verificou grave comprometimento dos serviços de educação das escolas municipais, considerando o grande número de professoras gozando licença maternidade e de profissionais em licença de saúde,

razão pela qual fez editar uma lei que autoriza a contratação de professores, por tempo determinado, sem a realização de concurso, em situações devidamente especificadas na norma local. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) A Constituição da República não autoriza a contratação temporária sem a realização de concurso público.
- b) O Município Beta somente poderia se utilizar da contratação temporária para os cargos permanentes de direção, chefia e assessoramento.
- c) A contratação temporária, nos termos da lei, é possível, considerando que a situação apresentada caracteriza necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) A contratação temporária de servidores, independentemente de previsão legal, é possível.

⊙ **Anotações / Comentários:**

- » Trata-se da hipótese de contratação de pessoal “por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público” (Art. 37, IX, CF88; e Lei 8745/90).
- » Gabarito: C

03 (FGV/OAB/III_Exame/2010) São considerados agentes públicos todas as pessoas físicas incumbidas, sob remuneração ou não, definitiva ou transitoriamente, do exercício de função ou atividade pública. Assim, é correto afirmar que os notários e registradores são

- a) agentes públicos ocupantes de cargo efetivo e se aposentam aos 70 (setenta) anos de idade.
- b) agentes públicos vitalícios, ocupantes de cargo efetivo, e não se aposentam compulsoriamente.
- c) delegatários de serviços públicos aprovados em concurso público.
- d) os notários e registradores são delegatários de serviços públicos, investidos em cargos efetivos após aprovação em concurso.

⊙ **Anotações / Comentários:**

- » (a, b, c, d) ADI 2415, STF.
- » Gabarito: C

2. ATOS ADMINISTRATIVOS

04 (FGV - Exame de Ordem 2016.1) Fulano, servidor público federal lotado em órgão da administração pública federal no Estado de São Paulo, contesta ordens do seu chefe imediato, alegando que são proibidas pela legislação. A chefia, indignada com o que entende ser um ato de insubordinação, remove Fulano, contra a sua vontade, para órgão da administração pública federal no Distrito Federal, para exercer

as mesmas funções, sendo certo que havia insuficiência de servidores em São Paulo, mas não no Distrito Federal.

Considerando as normas de Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

- a) A remoção de Fulano para o Distrito Federal é válida, porque configura ato arbitrário da Administração.
- b) Não é cabível a remoção do servidor com finalidades punitivas, por se ter, em tal hipótese, desvio de finalidade.
- c) A remoção pode ser feita, uma vez que Fulano não pautou sua conduta com base nos princípios e regras aplicáveis aos servidores públicos.
- d) O ato de insubordinação deveria ter sido constatado por meio de regular processo administrativo, ao fim do qual poderia ser aplicada a penalidade de remoção.

⊙ **Respostas:**

- » A remoção de ofício não é uma sanção (rol taxativo do art. 127), mas um ato que visa a atender ao interesse público (art. 36, par. ún., I, Lei 8112/90). Aplicá-la como sanção é desviar de sua finalidade. Art. 2º, par. ún., “e”, Lei 4717/65.

05 (FGV - Exame de Ordem 2016.1) A associação de moradores do Município F solicitou ao Poder Público municipal autorização para o fechamento da "rua de trás", por uma noite, para a realização de uma festa junina aberta ao público. O Município, entretanto, negou o pedido, ao fundamento de que aquela rua seria utilizada para sediar o encontro anual dos produtores de abóbora, a ser realizado no mesmo dia.

Considerando que tal fundamentação não está correta, pois, antes da negativa do pedido da associação de moradores, o encontro dos produtores de abóbora havia sido transferido para o mês seguinte, conforme publicado na imprensa oficial, assinale a afirmativa correta.

- a) Mesmo diante do erro na fundamentação, o ato é válido, pois a autorização pleiteada é ato discricionário da Administração.
- b) Independentemente do erro na fundamentação, o ato é inválido, pois a autorização pleiteada é ato vinculado, não podendo a Administração indeferi-lo.
- c) Diante do erro na fundamentação, o ato é inválido, uma vez que, pela teoria dos motivos determinantes, a validade do ato está ligada aos motivos indicados como seu fundamento.
- d) A despeito do erro na fundamentação, o ato é válido, pois a autorização pleiteada é ato vinculado, não tendo a associação de moradores demonstrado o preenchimento dos requisitos.

⊙ **Resposta**

- » A teoria dos motivos determinantes indica que a validade da motivação de um ato administrativo influencia (determina) na validade do próprio ato. Isso também se aplica aos atos discricionários – como é o caso da autorização de bem público indicada na questão –. Desse modo, sendo inválida a motivação, o ato deverá ser anulado.

06 (FGV/OAB/XI_Exame/2013) Atendendo a uma série de denúncias feitas por particulares, a Delegacia de Defesa do Consumidor (Decon) deflagra uma operação, visando a apurar as condições dos alimentos fornecidos em restaurantes da região

central da capital. Logo na primeira inspeção, os fiscais constataram que o estoque de um restaurante tinha produtos com a validade vencida. Na inspeção das instalações da cozinha, apuraram que o espaço não tinha condições sanitárias mínimas para o manejo de alimentos e o preparo de refeições. Os produtos vencidos foram apreendidos e o estabelecimento foi interditado, sem qualquer decisão prévia do Poder Judiciário. Assinale a alternativa que indica o atributo do poder de polícia que justifica as medidas tomadas pela Decon.

- a) coercibilidade.
- b) inexigibilidade.
- c) autoexecutoriedade.
- d) discricionariedade.

⊙ Anotações / Comentários

- » (a) Coercibilidade ou imperatividade consiste na obrigatoriedade de o particular cumprir os atos administrativos, independentemente de sua concordância.
- » (b, c) A Autoexecutoriedade é poder da Administração em decidir (exigibilidade) e executar (executoriedade) seus atos sem necessitar de autorização de outros Poderes. Todos os atos têm exigibilidade, mas nem todos têm executoriedade, a exemplo das multas, cuja cobrança precisa ser feita no Judiciário caso o cidadão não pague voluntariamente.
- » (d) É a liberdade de a Administração fazer juízo de valor quando da tomada de uma decisão, utilizando-se de critérios como conveniência e oportunidade, nos limites da lei.
- » Gabarito: C

07 (FGV/OAB/VI_Exame/DuqueCaxias/2011) A decisão tomada por uma das Câmaras do Conselho de Contribuintes de determinada Administração Estadual é considerada ato

- a) composto, pois resulta da manifestação de mais de um agente público.
- b) complexo, pois depende da manifestação de aprovação, com o relator, de outros agentes.
- c) qualificado, pois importa na constituição da vontade da Administração quanto à matéria específica.
- d) simples, pois resulta da manifestação de vontade de um órgão dotado de personalidade administrativa.

⊙ Anotações / Comentários

- » (a, b, c, d) Ato administrativo simples: uma única manifestação de vontade (ainda que por um órgão colegiado). • Ato administrativo composto: duas ou mais manifestações dentro de um mesmo órgão, havendo grau de hierarquia entre os agentes. • Ato administrativo complexo: manifestações de dois ou mais órgãos, sem que haja relação hierárquica.
- » Gabarito: D

08 (FGV/OAB/V_Exame/2011) A revogação representa uma das formas de extinção de um ato administrativo. Quanto a esse instituto, é correto afirmar que

- a) pode se dar tanto em relação a atos viciados de ilegalidade ou não, desde que praticados dentro de uma competência discricionária.
- b) produz efeitos retroativos, retirando o ato do mundo, de forma a nunca ter existido.
- c) apenas pode se dar em relação aos atos válidos, praticados dentro de uma competência discricionária, produzindo efeitos "ex nunc".
- d) pode se dar em relação aos atos vinculados ou discricionários, produzindo ora efeito "ex tunc", ora efeito "ex nunc".

⊙ **Anotações / Comentários**

- » (a, b, c, d) Art. 53 da Lei 9784/99 e Súmulas 346 e 473, STF.
- » Gabarito: C

09 (FGV/OAB/IV_Exame/2011) Em âmbito federal, o direito de a Administração Pública anular atos administrativos eivados de vício de ilegalidade, dos quais decorram efeitos favoráveis para destinatários de boa-fé

- a) não se submete a prazo prescricional.
- b) não se submete a prazo decadencial.
- c) prescreve em 10 (dez) anos, contados da data em que praticado o ato.
- d) decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que praticado o ato.

⊙ **Anotações / Comentários**

- » (a, b, c, d) Lei 9.784/99, art. 54.
- » Gabarito: D

10 (FGV/OAB/II_Exame/2010) No âmbito do Poder discricionário da Administração Pública, não se admite que o agente público administrativo exerça o Poder discricionário

- a) quando estiver diante de conceitos legais e jurídicos parcialmente indeterminados, que se tornam determinados à luz do caso concreto e à luz das circunstâncias de fato.
- b) quando estiver diante de conceitos legais e jurídicos técnico científicos, sendo, neste caso, limitado às escolhas técnicas, por óbvio possíveis.
- c) quando estiver diante de conceitos valorativos estabelecidos pela lei, que dependem de concretização pelas escolhas do agente, considerados o momento histórico e social.
- d) em situações em que a redação da Lei se encontra insatisfatória ou ultrapassada.

⊙ **Anotações / Comentários**

- » (a, b, c, d) A atuação administrativa tem como limite exatamente a lei, daí não se admitir que o poder discricionário maleabilize conteúdos legais por serem insatisfatórios ou não mais concernentes com a realidade social, posto que não pode a Administração, simplesmente, olvidar o imperativo legal.
- » Gabarito: D

3. BENS PÚBLICOS

11 (FGV - Exame de Ordem 2016.3) A sociedade "Limpatudo" S/A é empresa pública estadual destinada à prestação de serviços públicos de competência do respectivo ente federativo. Tal entidade administrativa foi condenada em vultosa quantia em dinheiro, por sentença transitada em julgado, em fase de cumprimento de sentença. Para que se cumpra o título condenatório, considerar-se-á que os bens da empresa pública são

- a) impenhoráveis, certo que são bens públicos, de acordo com o ordenamento jurídico pátrio.
- b) privados, de modo que, em qualquer caso, estão sujeitos à penhora.
- c) privados, mas, se necessários à prestação de serviços públicos, não podem ser penhorados.
- d) privados, mas são impenhoráveis em decorrência da submissão ao regime de precatórios.

⊙ Anotações / Comentários

- » “A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça se orientou no sentido de que são penhoráveis os bens das concessionárias, desde que a constrição judicial não comprometa a execução do serviço público. Espécie em que o bem penhorado e levado à hasta pública (imóvel sede da empresa pública, onde funciona toda a área administrativa) é essencial à prestação do serviço público” (AgRg no AREsp 439.718, STJ)
- » Gabarito: C

12 (FGV - Exame de Ordem 2015.1) O prédio que abrigava a Biblioteca Pública do Município de Molhadinho foi parcialmente destruído em um incêndio, que arruinou quase metade do acervo e prejudicou gravemente a estrutura do prédio. Os livros restantes já foram transferidos para uma nova sede. O Prefeito de Molhadinho pretende alienar o prédio antigo, ainda cheio de entulho e escombros.

Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- a) Não é possível, no ordenamento jurídico atual, a alienação de bens públicos.
- b) O antigo prédio da biblioteca, bem público de uso especial, somente pode ser alienado após ato formal de desafetação.
- c) É possível a alienação do antigo prédio da biblioteca, por se tratar de bem público dominical.
- d) Por se tratar de um prédio com livre acesso do público em geral, trata-se de bem público de uso comum, insuscetível de alienação.

⊙ Anotações / Comentários

- » De fato, enquanto estava sendo utilizado, o imóvel que abrigava a biblioteca era considerado de uso especial, razão pela qual somente poderia ser alienado após a sua desafetação (art. 100, CC). A despeito de parecer unânime na doutrina que a afetação possa ocorrer tacitamente, há divergência quanto à desafetação. Parte da doutrina aceita a desafetação tácita, pelo mero desuso do bem (posicionamento adotado pela banca), enquanto outra parcela entende pela necessidade de lei/ato específico para tanto.

13 (FGV/OAB/IX_Exame/Ipatinga/2013) O Presidente de uma empresa pública estadual, ao assumir a gestão da entidade e realizar uma auditoria no seu patrimônio imobiliário, decide alienar um imóvel que se localiza em região extremamente valorizada. Além da demonstração do interesse público que a justifique, a alienação do referido imóvel depende de

- a) avaliação prévia e autorização legislativa.
- b) autorização do Poder Executivo e registro no Tribunal de Contas do Estado.
- c) avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.
- d) autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.

⊙ **Anotações / Comentários**

- » (a, b, c, d) Art. 17, I, Lei 8.666/93. A autorização legislativa é necessária apenas para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional.
- » Gabarito: C

14 (FGV/OAB/VII_Exame/2012) Sobre os bens públicos é correto afirmar que

- a) os bens de uso especial são passíveis de usucapião.
- b) os bens de uso comum são passíveis de usucapião.
- c) os bens de empresas públicas que desenvolvem atividades econômicas que não estejam afetados a prestação de serviços públicos são passíveis de usucapião.
- d) nenhum bem que pertença à pessoa jurídica integrante da administração pública indireta é passível de usucapião.

⊙ **Anotações / Comentários**

- » (a, b, c, d) Há divergência na doutrina quanto ao que seriam os bens públicos. É unânime a compreensão de que os bens pertencentes à Administração Direta, Autarquias e Fundações seriam públicos e, conseqüentemente, insuscetíveis de usucapião (imprescritíveis) (arts. 183 e 191, CF/88). Também é unânime que os bens das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que estivessem afetos à exploração de atividades econômicas seriam privados e, portanto, suscetíveis de penhora e usucapião (o que responde a questão). A divergência está na qualificação dos bens destas entidades que estejam afetos à prestação de serviços públicos. Parte da doutrina entende que deveriam ser considerados públicos e, portanto, imprescritíveis (ex.: Celso Antonio Bandeira de Mello). Outra parcela entende que, por serem entidades de direito privado, sempre seriam privados e, conseqüentemente, suscetíveis de penhora e usucapião (ex.: Carvalho Filho).
- » Gabarito: C

15 (FGV/OAB/VI_Exame/2011) A autorização de uso de bem público por particular caracteriza-se como ato administrativo

- a) discricionário e bilateral, ensejando indenização ao particular no caso de revogação pela administração.
- b) unilateral, discricionário e precário, para atender interesse predominantemente particular.

- c) bilateral e vinculado, efetivado mediante a celebração de um contrato com a administração pública, de forma a atender interesse eminentemente público.
- d) discricionário e unilateral, empregado para atender a interesse predominantemente público, formalizado após a realização de licitação.

⊙ **Anotações / Comentários**

- » (a, b, c, d) RMS 16280, STJ.
- » Gabarito: B

16 (FGV/OAB/V_Exame/2011) De acordo com o critério da titularidade, consideram-se públicos os bens do domínio nacional pertencentes

- a) às entidades da Administração Pública Direta e Indireta.
- b) às entidades da Administração Pública Direta, às autarquias e às empresas públicas.
- c) às pessoas jurídicas de direito público interno e às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- d) às pessoas jurídicas de direito público interno.

⊙ **Anotações / Comentários**

- » (a, b, c, d) A banca utilizou-se de uma interpretação literal do art. 98 do Código Civil, “*verbis*”: “São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.” • Entretanto, o candidato deve saber que há divergência na doutrina quanto ao que seriam os bens públicos. É unânime a compreensão de que os bens pertencentes à Administração Direta, Autarquias e Fundações seriam públicos e, conseqüentemente, insuscetíveis de usucapião (imprescritíveis) (arts. 183 e 191, CF/88). Também é unânime que os bens das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que estejam afetos à exploração de atividades econômicas seriam privados e, portanto, suscetíveis de penhora e usucapião. A divergência está na qualificação dos bens destas entidades que estejam afetos à prestação de serviços públicos. Parte da doutrina entende que deveriam ser considerados públicos e, portanto, imprescritíveis (Ex. Celso Antonio Bandeira de Mello). Outra parcela entende que, por serem entidades de direito privado, sempre seriam privados e, conseqüentemente, suscetíveis de penhora e usucapião (Ex. Carvalho Filho, o que foi seguido pela banca). • Caberá, portanto, ao candidato analisar a complexidade da questão para aferir qual a resposta correta.
- » Gabarito: D

4. CONSÓRCIOS PÚBLICOS

17 (FGV - Exame de Ordem 2016.2 – Prova reaplicada Salvador-BA) O Estado Alfa e os Municípios Beta e Gama, localizados naquele Estado, celebraram protocolo de intenções para a constituição de consórcio público para atuação na área de saneamento, dispondo que o consórcio teria personalidade jurídica de direito público. No protocolo de intenções está prevista a outorga de concessão, permissão e

autorização de serviços públicos pelo consórcio, além da possibilidade de promover desapropriações e instituir servidões.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O consórcio é ente desprovido de personalidade e, portanto, não é válida a previsão contida no protocolo de intenções.
- b) O consórcio em referência não poderá ser constituído sem a obrigatória participação da União entre os seus consorciados.
- c) Após a constituição do consórcio, poderá ele promover desapropriação, pois prevista no protocolo, mas a declaração de utilidade pública não pode ser feita pelo consórcio.
- d) Com a assinatura do protocolo de intenções por todos os entes participantes, estará constituído o consórcio em referência.

⊙ Resposta

-
- » a) Os consórcios públicos têm personalidade jurídica. Art. 6º, Lei 11107/05.
 - » b) Não é obrigatória. O que a lei exige é que o consórcio celebrado entre União e Municípios tenha também como parte os respectivos Estados. Art. 1º, §2º, Lei 11107/05.
 - » c) Art. 2º, §1º, II, Lei 11107/05.
 - » d) É necessária, ainda, a assinatura do contrato, que “será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções”. Arts. 3º e 5º, Lei 11.107/05.

18 (FGV - Exame de Ordem 2016.1) O Estado X e os Municípios A, B e C subscreveram protocolo de intenções para a constituição de um consórcio com personalidade jurídica de direito privado para atuação na coleta, descarte e reciclagem de lixo produzido no limite territorial daqueles municípios.

Com base no caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) Por se tratar de consórcio a ser constituído entre entes de hierarquias diversas, a saber, Estado e Municípios, é obrigatória a participação da União.
- b) O consórcio de direito privado a ser constituído pelo Estado e pelos Municípios não está alcançado pela exigência de prévia licitação para os contratos que vier a celebrar.
- c) O consórcio entre o Estado e os Municípios será constituído por contrato e adquirirá personalidade jurídica mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.
- d) Por se tratar de consórcio para atuação em área de relevante interesse coletivo, não se admite que seja constituído com personalidade de direito privado.

⊙ Resposta

-
- » a) Não é obrigatória. O que a lei exige é que o consórcio celebrado entre União e Municípios tenha também como parte os respectivos Estados. Art. 1º, §2º, Lei 11.107/05.
 - » b) O consórcio público de direito privado é obrigado a licitar para fazer suas contratações (art. 6º, §2º, Lei 11.107/05). A dispensa de licitação existe apenas no caso de o consórcio ser contratado pelos entes da Federação que o constituíram (art. 2º, §1º, III, 11.107/05).

- » c) Arts. 3º e 6º, 11.107/05.
- » d) Admite-se. Art. 6º, II, 11.107/05.

19 (FGV - Exame de Ordem 2014.1) A União celebrou protocolo de intenções com o Estado A e os Municípios X, Y e Z do Estado B, todos em regiões de fronteira, para a constituição de um consórcio público na área de segurança pública.

Considerando a disciplina legislativa acerca dos consórcios públicos, assinale a afirmativa correta.

- a) O consórcio público pode adquirir personalidade jurídica de direito público, constituindo-se em uma associação pública.
- b) O consórcio público representa uma comunhão de esforços, não adquirindo personalidade jurídica própria.
- c) A União não pode constituir consórcio do qual façam parte Municípios não integrantes de Estado não conveniado.
- d) O consórcio público adquire personalidade jurídica com a celebração do protocolo de intenções.

⊙ **Anotações / Comentários**

- » a) Art. 6º, I, Lei nº. 11.107/05.
- » b) Adquire. Art. 6º, Lei nº. 11.107/05.
- » c) Art. 1º, §2º, Lei nº. 11.107/05. “A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados”.
- » d) Art. 6º, Lei nº. 11.107/05. No caso de associação pública, mediante a vigência das leis que ratificam o protocolo de intenções. No caso de direito privado, de acordo com a legislação civil.
- » Gabarito: A

20 (FGV/OAB/VI_Exame/2011) Quatro municípios celebram um consórcio público para desenvolverem um projeto comum para o tratamento industrial de lixo coletado em suas respectivas áreas, criando uma pessoa jurídica para gerenciar as atividades do consórcio. À luz da legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- a) Como se trata de atividade tipicamente estatal, essa pessoa jurídica administrativa deverá ser obrigatoriamente uma autarquia, criada por lei oriunda do maior município celebrante do pacto.
- b) O ordenamento jurídico brasileiro admite, no caso, tanto a criação de uma pessoa jurídica de direito público (a chamada associação pública) quanto de direito privado.
- c) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a criação de uma entidade desse tipo, pois as pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta são apenas as indicadas no art. 5º do Decreto-Lei 200/67.
- d) A pessoa jurídica oriunda de um consórcio público não poderá ser, em hipótese alguma, uma pessoa jurídica de direito privado, pois isso não é admitido pela legislação aplicável.